

Direito

O Papel Contemporâneo do STF Diante do Federalismo no Contexto do Processo Constitucional.

Hugo Freitas Schwetter - aluno do 8º módulo de Direito, UFLA, bolsista FAPEMIG.

Fernanda Gomes e Souza Borges - Professora do Departamento de Direito, UFLA, orientadora.
Contato: fernandagomes@ufla.br - Orientador(a)

Resumo

Este resumo refere-se aos resultados parciais que eu alcancei em minha pesquisa, referente ao edital PIBIC/FAPEMIG 06/2021, realizada no período entre maio a agosto de 2022. O Supremo Tribunal Federal (STF) é uma instituição permanente e essencial à democracia, sendo o órgão de cúpula da função jurisdicional brasileira. Neste contexto, este projeto visou estudar o papel contemporâneo do Tribunal, bem como analisar sua atuação ao longo da história republicana e a sua importância no Estado Democrático de Direito, tendo como enfoque e plano de fundo o federalismo e o processo constitucional. Essa pesquisa se justifica no fato de que o constituinte brasileiro, buscando o perfeito equilíbrio do poder do Estado, para se garantir as liberdades políticas e evitar concentração e abuso do poder, optou por estruturar nossa República de forma federada, tendo cada ente a sua competência; além de, também, dividir o poder do estado em três distintas funções, que trabalham de forma colaborativa, a fim de se ajudarem e autocorrigirem, quando necessário. A metodologia consistiu na elaboração de um levantamento bibliográfico, seguido da leitura estrutural deste material, para, posteriormente, conectar, de forma lógica, todos os resultados encontrados na doutrina e jurisprudência. Como conclusões preliminares, obtive: a) da análise das principais teorias sobre a origem do Estado, concluí que todas possuem algo em comum: o ato que funda o Estado é um ato essencialmente de poder; b) dessa forma, o poder é uma condição de existência e o ponto central do Estado, devendo ser exercido de maneira temperada para preservar os direitos fundamentais e ao mesmo tempo executar todas as funções estatais típicas; c) e o que regula a relação entre o poder e o direito é a Constituição, que faz isso por meio de técnicas de limitação de poder, sendo as principais o modelo federativo de Estado e os direitos e garantias fundamentais; d) de todas as garantias fundamentais existentes, o processo constitucional, que é entendido como a metodologia de eficácia dos direitos fundamentais (BARACHO, 2006), é a mais importante delas. Isso porque, somente por através dele, é possível dar eficácia aos direitos fundamentais, controlar os atos do Estado e ao mesmo tempo legitimá-los; e) dessa forma, todos os atos estatais, inclusive os do STF, devem ser executados por meio da metodologia do processo constitucional, que é a condição de validade e legitimidade de qualquer ato. Agradecimento à FAPEMIG.

Palavras-Chave: Direito Processual Constitucional, Teoria do Estado, Controle de Constitucionalidade e Competência.

Instituição de Fomento: FAPEMIG

Link do pitch: <https://youtu.be/6TFzHf1a6bM>